# ENCONTRO RUMO CONFERÊNCIA

29 de fevereiro e 01 de março de 2016 **Praça das Artes** 

São Paulo, Brasil

























ConCidades Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de Habitação

Ministério das Cidades



#### Apoio:













**Wladimir Ribeiro** - Consultor Jurídico Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques, Sociedade de Advogados

Carsten Sandhop - Diretor do KFW Banco de Desenvolvimento no Brasil

**Gesner Oliveira** - Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas

**Edson Silva** - Coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental

**Marcos Thadeu Abicalil** - Especialista Sênior de Água e Saneamento do Banco Mundial

#### Organização:

**ConCidades**Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de **Habitação** 

Ministério das **Cidades** 



#### **Apoio:**













### ENCONTRO RUMO À CONFERÊNCIA HABITAT -III

29/02/2016 São Paulo

### ROTEIRO

- Objetivo
- Avanços
- Pergunta
- Desafios
- Obstáculos
- Propostas

OBJETIVO
Reafirmar diretrizes e
princípios relacionados ao
Direito à Cidade com
equidade, e garantia de
efetiva participação social

- Lei 10.257 de 2001 Estatuto da Cidade
- Criação do Ministério das Cidades
- Edição da Lei 11.107 DE 2005 Lei de Consórcios Públicos
- Edição da Lei 11.445 DE 2007 Lei de Saneamento Básico
- A instalação do Conselho Nacional das Cidades e de seus Comitês Técnicos
- A realização das Conferências das Cidades
- A construção e aprovação do PLANSAB (Decreto Federal nº 8141/13)
- A consolidação do SNIS
- Retomada dos investimentos

- Quadro Geral Financiamento
- Período (2007 2014): PAC disponibilizou cerca R\$ de 96 bi para o saneamento sendo que quase 50% foram recursos do OGU. Média de R\$12 bi/ano.

- Quadro Geral FinanciamentoPLANSAB (água e esgoto)
- Média de desembolso: R\$ 7 bi/ano 2003 2008
- ►PAC 2007 2009: desembolso significativo cerca de R\$11 bi/ano
- ≥2014 R\$ 12 bi contratado Executado cerca de R\$ 5 bi
- Necessário para universalizar até 2033 R\$15,2 bi/ano

- ► Evolução, entre 2000 e 2010 (esgotamento sanitário adequado e existência de dois ou mais banheiros)
- percentual de domicílios com esgotamento sanitário teve crescimento de 17% em favelas (de 60,2% para 70,7%), em comparação com crescimento de 4% (de 71,6% para 74,8%) em áreas que não são favelas. "Neste caso, o crescimento maior pode ser associado à maior concentração de investimentos públicos em saneamento nas áreas de favelas".

Fonte: RELATÓRIO PRELIMINAR BRASILEIRO PARA A HABITAT III

percentual de domicílios com dois ou mais banheiros, em aglomerados subnormais cresceu 81% (de 7,9% em 2000 para 14,3% em 2010), em comparação com crescimento de 27% (de 24% para 30,4%) nas áreas que não são aglomerados subnormais. "Tal avanço pode indicar que as famílias dos aglomerados subnormais fizeram, proporcionalmente, mais investimentos em melhorias habitacionais, acompanhando tendências de aumento da renda e de redução da desigualdade no período".

Fonte: RELATÓRIO PRELIMINAR BRASILEIRO PARA A HABITAT III

#### Pergunta

Quais seriam os principais desafios e obstáculos a serem superados para garantir os recursos necessários aos investimentos previstos, em especial, para incluir, no acesso aos serviços de saneamento, as populações residentes em assentamentos precários, favelas e áreas fortemente adensadas, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e o direito à cidade?

**DESAFIOS** 

- Garantir a aplicação da Lei 11.445/2007 na sua plenitude
- Fortalecer o papel do Estado como indutor de politicas e ações para a universalização do acesso aos serviços de saneamento
- Melhorar a gestão das empresas de saneamento
- Preservar e ampliar os níveis de investimento etravés de financiamento e recursos do OGU

- Fortalecer os instrumentos de controle social
- Buscar formas que garantam a elaboração e implementação dos planos de saneamento
- Melhorar a capacidade de execução dos operadores
- Para o êxito do PLANSAB é necessário o envolvimento de todos os entes federados e agentes que atuam no setor

**OBSTÁCULOS** 

- Resistência por parte de alguns prestadores em cumprirem a legislação
- Falta de integração da politicas públicas
- Falta de integração e planejamento regional
- A visão, por parte dos prestadores, de que o saneamento é um negócio e não um serviço essencial e que deve garantido de forma plena a todos (as)
- O aparelhamento politico por parte de alguns governos das empresa de saneamento
- A resistência a valorização de instrumentos de controle social
- pouca transparência e nenhuma garantia de participação dos trabalhadores (as) e dos usuários no conselho de administração das empresas
- A dificuldade de retomar a capacidade de planejamento

**PROPOSTAS** 

- Mudança das regras para captação de recursos para investimento em saneamento condicionadas a exigências como:
- ter plano municipal de saneamento,
- ter programa de redução de perdas,
- política tarifária adequada que preserve a garantia dos serviços para quem não pode pagar (modicidade tarifaria),
- garantia de transparência e participação,
- Melhoria da eficiência energética,
- melhora dos índices epidemiológicos relacionados às doenças de veiculação hídrica.
- ► Isso implica necessariamente na MELHORIA DA GESTÃO DAS EMPRESAS DE SANEAMENTO

- Iniciar um profundo debate sobre a necessidade de vinculação orçamentaria para o saneamento
- Aplicar a isenção tributária para os operadores de saneamento que não negociem ações em bolsas
- Criação do fundo nacional do saneamento como instrumento de sustentabilidade dos serviços e operação do saneamento
- Destinação dos recursos arrecadados com PIS e COFINS para o fundo nacional de saneamento
- Criação e consolidação dos instrumentos de controle social

- Garantia de participação dos trabalhadores (as) e dos usuários no conselho de administração das empresas
- Fortalecimento do Ministério das cidades como um "espaço" que pode continuar agindo de forma a fortalecer as politicas urbanas
- Instituir Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano
- Fortalecer as RMs e sua integração através de planejamento regional com forte presença do Governo Federal a fim de otimizar a aplicação de recursos
- fomentar a formação de consórcios públicos no âmbito do planejamento urbano e gestão do território entre Municípios e destes com os outros entes federativos.

#### **OBRIGADO**

Edson Aparecido da Silva Sociólogo Coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental E-mail: edsonsaneamento @ gmail.com 11-986744984